

O V Centenário da invasão europeia e a ruptura do paradigma de dominação no Brasil

Nildo Domingos Ouriques¹

Resumo Abstract

O dia 22 de abril de 2000 representou no Brasil a quebra de um paradigma de dominação longamente construído nestes 500 anos sob o lema da mestiçagem e da convivência harmônica entre as raças que conformam o povo brasileiro. Os festejos organizados pelo governo Fernando Henrique Cardoso no sul da Bahia para afirmar uma vez mais o sistema de dominação das elites, enfrentam desta vez a força dos movimentos populares que expressam com veemência a voz dos oprimidos reclamando seus direitos históricos negados pelo sistema iniciado em 1500 com a invasão europeia do continente. Caiu por

The twenty-second of April, 2000 was a meaningful day for the Brazilian people because they broke a long-lived paradigm of domination which had been built in the last 500 years upon the myth of a peaceful miscegenation and a harmonious way of life among races. The events organized by Fernando Henrique Cardoso government in order to celebrate the anniversary of the arrival of the first Portuguese navigators 500 years ago might be interpreted as another attempt to assert the elite domination and ideology. Nonetheless, the government celebration had to face with embarrassing questions

¹ Professor do departamento de economia da UFSC. Organizador e autor do livro "Os 500 anos. A conquista interminável", Editora Vozes. E-mail: nildo@cse.ufsc.br

terra a ideologia da “democracia racial” e, pela voz do pataxó Matalauê, os povos originários indicaram, diante da violência desatada pelos organismos de segurança, que a luta por “outros 500” exigirá além da consciência e organização dos “de baixo”, a ruptura com a ideologia do sistema capitalista, o eurocentrismo.

from popular movements, that expressed their discontentment against their oppression. The popular movements claimed for their historical rights, that have been denied since the European invasion into the continent. The myth of Brazil as an example of 'racial democracy' was destroyed. Pataxó Mataluaê, representative of native people, protested against the violent repression launched by security forces. He also asserted that the struggle for another 500 years will demand a conscious organization from below and a break-up with both the ideology of capitalist system and the Eurocentric vision of the world.

Introdução

O debate sobre o V Centenário começou de maneira bastante discreta no país. Com exceção do discurso oficial, invariavelmente pomposo e ufanista, a grande maioria dos analistas consideravam que não passaria de mais uma campanha oficial destinada a contar as glórias passadas e anunciar um futuro brilhante para todos.

Mesmo entre os ativistas da esquerda, o tema da conquista, iniciada em 1492, não foi considerado como um ponto estratégico da disputa pelo poder. Os partidos políticos só trataram do assunto de maneira colateral, subalternizada no mundo da política, cada vez mais afeito a vencer eleitoralmente o adversário mesmo perdendo politicamente ou tendo que, após cada vitória eleitoral, encontrar boas razões para ilustrar

a vitória política. No terreno dos *movimentos sociais*, era possível contar nos dedos aqueles que responderam com convicção ao chamado para enfrentar o debate sobre nossa história e os dramas do presente, se é que queremos construir um futuro livre da opressão e da exploração.

Em linhas gerais, o desprezo pela história constitui uma característica dos movimentos sociais, dos partidos políticos, pelo menos no terreno da esquerda. Curiosa situação, pois com frequência ouvimos em nosso meio que *aqueles que não conhecem a história estão condenados a repeti-la*. Contudo, o desprezo pelas lições da história são olímpicamente desconsideradas entre eles, mesmo entre muitos que nasceram afirmando a recuperação da história e suas cruéis lições.

Por outro lado, o maior obstáculo é ainda a concepção eurocentrica que domina a cabeça da maioria dos intelectuais e militantes inclinados ou dedicados a luta emancipatória. O peso de três séculos de colonialismo, aos que se agregam outros dois de neocolonialismo, conformam a base histórica sob a qual a ideologia *ser como eles* ganhou densidade e, por muitas vias, legitimidade política

entre os povos dominados. Neste contexto, a história não permitiria outro caminho que sofrer os mesmos dramas pelos quais passaram os povos que sob a roupagem de impérios organizaram o mundo desta forma tão desigual. Na economia, parece que é longo o caminho para o *desenvolvimento* e é bastante conhecido de todos a idéia dominante segundo a qual se *fizemos as coisas certas*, poderemos alcançar o padrão de desenvolvimento dos países centrais. No terreno da política, as idéias dominantes indicam que fora da democracia parlamentar não pode haver futuro e que este sistema é *ruim*, com a exceção de todos os demais. Enfim, o diapasão garante que Simón Rodriguez estava obviamente fora de juízo quando influenciava Simón Bolívar com a consigna de *inventar ou perecer*. Desde então, toda heresia deveria ser castigada com o desprezo...

Por estas razões, sofremos em duas direções. A primeira, é que na política, não poderemos superar a linha evolutiva herdada do ocidente posto que queiramos ou não, somos uma espécie de *Europa fora da Europa* eliminando as dúvidas do historiador Fernando Braudel. A segunda, é que nossos esforços por reproduzir na realidade rebelde da

América Latina os modelos importados, fracassam sempre e deixam atrás de cada tentativa mal lograda, a nítida sensação que a *culpa é do povo*. A frustração inevitável derivada deste mecanismo de dominação raramente implica em discutir e superar o paradigma dominante. Ao contrário, a responsabilidade pelas formas imperfeitas ou desastres que as estratégias de dominação implicam, são recicladas intelectualmente como fracassos pessoais e incorporadas psiquicamente como defeitos quase naturais. Daí para as ideologias da inferioridade da raça que sempre acompanharam os imperialismos, é menos que um passo. No conjunto, a história opera confirmando a superioridade intelectual dos vencedores e legitimando o curso da humanidade com o selo da inevitabilidade do mundo como ele realmente é.

Por isso, quando a voz emancipatória surge, com sorte será catalogada como expressão da *dívida social* que o *desenvolvimento* gerou e que precisa ser paga. A política serve apenas para remediar os males do mundo, mas jamais para criar um novo. Toda tentativa de avançar – ou queimar etapas – está condenada *a priori* e por esta razão jogada no *ethos*

romântico de todas as utopias, boas como idéias, mas simplesmente irrealizáveis historicamente. Todo o esforço intelectual é jogado na decisiva luta de anular a eficácia política do discurso emancipatório.

Matalauê e a ruptura com um paradigma de dominação

Por esta razão, quando o patoxó Matalauê anuncia sua inesperada voz nos festejos oficiais do Estado brasileiro, no sul da Bahia, diante das autoridades nacionais e mundiais ali representados, o protesto foi no melhor dos casos, observado como o *justo reclamo dos índios* em relação a uma ordem que *para eles* foi particularmente cruel. Mas em seguida a compaixão é substituída pelo realismo: *mas o que será possível fazer a estas alturas da vida quando restam menos de meio milhão de índios?* Quando Matalauê anuncia *quinhentos anos de sofrimento, de massacre, de exclusão, de preconceito, de exploração, de extermínio de nossos parentes, acultramento, estupro de nossas mulheres, devastação de nossas terras, de nossas matas, que nos tomaram com a invasão seu grito*

é visto como drama de gueto, do que restou dos índios. Quando de forma atinada Matalauê liquida em breves palavras com a *mentira do Descobrimento*, seu discurso parece expressar apenas a voz dos *excluídos* ou de uma parte destes sem maiores repercussões políticas. No entanto, todos os movimentos sociais que pretendem um papel superior ao de contribuir com pequenas correções de rumo ou apenas minimizar o sofrimento das maiorias dentro de uma ordem construída para o benefícios de minorias, deveriam observá-lo novamente, com o cuidado que a situação exige. Para isso, deverão em primeiro lugar, atuar como inimigos da ordem e depois, dentro e fora dela, contribuir para sua superação. Eis, no fundo, o grande desafio dos movimentos sociais e a base para sua importância e vitalidade política.

No Sul da Bahia, mais precisamente em Cabrália, as classes dominantes no país trataram com sumo cuidado seus festejos. O vice-presidente da República, Marco Maciel, já havia anunciado, ainda em 1997, o conteúdo que o governo empregaria aos festejos. Sob o acertado lema de *extrair do passado o futuro*, Maciel anunciou algumas conquistas como a

unidade territorial e unidade lingüística... a unidade nacional sem artificios, sobretudo porque soubemos valorizar a diversidade. Em poucos minutos, o pataxó Matalauê revelou de que é feita a *diversidade* anunciada e como as classes dominantes no país conquistaram a *unidade territorial e lingüística*. A diversidade não pode esconder que foi produzida oprimindo e dominando um dos elementos da *mistura das raças*, pois tal procedimento seria calar sobre este imenso genocídio.

No dia 22 de abril, na Bahia, os atores desta longa noite de terror estavam outra vez em cena. O Vaticano mandou nada menos que o cardeal italiano Angelo Sodano, que ocupa a Secretaria de Estado do Vaticano (segundo na hierarquia da Igreja Católica). Considerando as limitações físicas do Papa Karol Wojtyla, podemos imaginar a importância das ações da Secretaria de Estado em todo o mundo. Além disso, o cardeal Sodano é figura conhecida na América Latina desde que foi condecorado pelo ditador chileno Augusto Pinochet e, sobretudo, quando foi o responsável pelo desmonte da diocese de San Cristobal de las Casas, no estado sulista de Chiapas, México, local onde se originou o zapatismo, a

mais importante rebelião de povos originários deste final de século. Ali, em comum acordo com o presidente mexicano Ernesto Zedillo, o cardeal Sodano cuidou pessoalmente da substituição do bispo Samuel Ruiz, considerado pelo governo como um “obstáculo à conquista da paz” por defender os povos originários da violação sistemática de seus direitos elementares que, em luta, resistem ao cerco de 70 mil homens do exército que ocupam aquele estado.

No sul da Bahia, foi muito significativo o fato de Sodano assistir a cerimônia pomposamente sentado, sob a proteção de grandes guarda-sóis, sustentados por dois afro-brasileiros que o protegiam do sol; a cena a um só tempo, simbolizava o lugar reservado aos africanos nestes últimos cinco séculos como indicava a função que na ordem inaugurada há precisamente 500 anos, ainda reserva a estes.

Também nesta oportunidade, e muito a contra gosto da sociologia da ordem que anima os estudos sobre os movimentos sociais em nossas universidades, a violência foi uma vez mais a parteira da história.

Os festejos não contavam inicialmente com a participação

popular. Mas ao longo deste período que antecedeu o 22 de abril, surgiram duas campanhas importantes. A primeira, aquela que organizou-se a partir da campanha continental *500 anos de resistência indígena, negra e popular*, em 1992, na cidade de Quetzaltenango, na Guatemala. A segunda, nascida no Brasil, sob o impulso inicial de movimentos afro-brasileiros de diferentes orientações, militantes e organizações vinculados à teologia da libertação e simpatizantes e militantes de tendências da esquerda, denominou-se *Outros quinhentos* que organizaram em vários estados da federação atos, debates, materiais e muita mobilização para enfrentar em Santa Cruz Cabralia, no sul da Bahia, os festejos organizados pelo Estado.

Ninguém esperava pela violência desatada contra todos aqueles que para lá se dirigiram e, nem mesmo os mais experimentados militantes podiam supor, um mês antes, que o cenário montado para o festejo se transformaria em um palco de guerra como surpreendentemente demonstraram os principais jornais do país. Afinal, por que um protesto qualquer mereceria tanta repressão, para o qual foi mobilizado o exército brasileiro?

A luta pela história é um terreno decisivo na política. Enquanto as classes dominantes *extraíam do passado o futuro*, as classes subalternas enfrentavam o presente já insuportável com as armas que possuíam, apenas tateando as formas de uma luta na qual era inevitável a erupção do protesto dos *de baixo*. O assessor político do Cimi (Conselho Missionário Indigenista), Paulo Maldos, descreveu a situação como uma *guerra* com clara inspiração nos princípios que animam a *Guerra de Baixa Intensidade* (GBI) nascida no Departamento de Estado dos EUA e aplicada sem piedade contra os povos centro-americanos, ao longo da década de oitenta, particularmente depois da chegada ao poder de Ronald Reagan, em janeiro de 1981.

O cenário para o 22 de abril foi precedido da viagem do general Alberto Cardoso, ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional, a Porto Seguro, no dia 10 de abril. No dia seguinte, chegou à região Marcelo Cordeiro, subsecretário da Casa Civil para arrancar dos povos originários que organizariam uma Conferência Indígena que iniciaria seus trabalhos no dia 18 de abril, dois compromissos. O primeiro seria a oficialização

de convite ao presidente Fernando Henrique Cardoso para participar do evento com toda a segurança necessária e, de quebra, deveriam negar sua participação nas mobilizações de *outros* setores que durante vários meses estavam organizando caravanas para os *outros 500*.

Diante do fracasso da investida oficial, não restou aos donos do poder outra alternativa que não a repressão contra todos aqueles que se opuseram a farsa organizada pelo Estado. Segundo Paulo Maldos, o *Estado de Sítio em sua forma plena estava implantado em Santa Cruz Cabralia, Bahia, durante as comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses*. Mas ela não foi suficiente para impedir que milhares de pessoas para lá se deslocassem engrossando as filas desta retomada de consciência histórica dos *de baixo* em sua luta emancipatória.

A análise do documento final da *Conferência dos povos e organizações indígenas do Brasil* que representam mais de 140 povos originários de todo o país concluiu que ... *a sociedade brasileira nestes 500 anos de história de sua construção sobre os nossos territórios confirmam mais do que*

nunca, que esta sociedade, fundada na invasão e no extermínio dos povos que aqui viviam, foi construída na escravidão e na exploração dos negros e dos setores populares. É uma história infame, é uma história indigna. Este diagnóstico, obviamente, é muito diferente do mito da democracia racial e da sociedade harmônica preconizada pelo vice-presidente Marco Maciel. É também, um manifesto que servirá de base para a construção de um programa que não é apenas dos *índios*, pois seus principais pontos já expressam no presente a incapacidade histórica da elite em organizar a economia e o estado em bases que contemplem as maiorias, tão excluídas quanto os povos originários, mas ainda sem a consciência que estes já conquistaram.

A dimensão latino-americana da rebelião popular

Desde sempre existiu na América Latina um movimento importante para resgatar as raízes, desenvolver consciência e avançar na definição da identidade histórica dos oprimidos pelo reino dos 500 anos, inaugurado com a invasão

européia de 1492. Contudo, foi a partir da rebelião zapatista de 1 de janeiro de 1994, que este processo deu um salto de qualidade extraordinário que logo teria grandes implicações em toda a região latino-americana. Poucos foram os que naquele inesquecível ano, perceberam que o regime de partido de estado no México anunciava seu fim. Os balaços disparados pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional foram a força decisiva para destapar a crise do Partido Revolucionário Institucional (PRI) que por mais de 70 anos dominou o país. Como poucos saberão reconhecer agora que festejam a *transição à democracia* no México sob a presidência do opositor de direita Vicente Fox, que na origem de sua vitória eleitoral foram decisivos os *mais oprimidos entre os oprimidos* quando ousaram desafiar com o risco de suas próprias vidas um sistema que ainda contava com a simpatia das elites nacionais e internacionais, sempre prontas a apresentar o país como exemplo de *milagre econômico e convivência democrática* para o mundo.

Depois daquele distante janeiro de 1994, nova explosão ocorreu em janeiro de 2000, agora no Equador que levou a destituição do

presidente Jamil Mahuad. Não podemos neste breve escrito apresentar a complexa trama que levou esta rebelião popular ao poder ainda que por poucas horas. Porém, para nosso modesto objetivo, é suficiente expor que uma composição de forças encabeçada por organizações sindicais, militares nacionalistas e a Conaie (Confederação Nacional Indígena do Equador) organizou o descontentamento generalizado do povo a partir de um programa mínimo e do Parlamento Nacional dos Povos do Equador para substituir o esquema dominante e fundar um “Estado Plurinacional que elimine definitivamente a opressão secular da majoritária população indígena”.

Onze dias após o governo anunciar a dolarização da economia e o congelamento dos depósitos bancários, a rebelião chegou a seu apogeu quando mais de 4000 membros de povos originários, trabalhadores urbanos e militares ocuparam, sob o comando da CONAIE, o Congresso Nacional e a Corte Suprema de Justiça para exigir a renúncia do presidente.

A Junta de Salvação Nacional permaneceu no poder escassas doze horas, pois a maior parte dos militares fizeram um acordo com a elite e empossaram na presidência

o vice-presidente Gustavo Noboa, abortando o processo de democratização iniciado pelos protestos de rua que paralisaram as principais estradas do país e principalmente a capital Quito. A primeira declaração do novo presidente foi assegurar a Washington que a dolarização continuará ainda que com outro ritmo. Contudo, o movimento popular e suas organizações não poderão mais ser desconsiderados e todos sabem que a luta pela emancipação completa apenas começa.

Tanto no caso do México, como no Equador, os movimentos sociais questionaram profundamente o papel dos partidos políticos. Uma característica de ambos os casos é que tanto o zapatismo como também o movimento que se organiza em torno da CONAIE, nunca representaram uma proposta anti-partido político. A recuperação dos movimentos sociais como alternativa aos partidos políticos representa, obviamente, uma perspectiva do pensamento conser-vador. A experiência da América Latina indica que quando logram aglutinar o protesto popular, os movimentos sociais podem expor o eventual limite dos partidos políticos, mas não conseguirão superá-lo porque

a razão de partido está inequivocamente vinculado a conquistar o poder. Os movimentos sociais, por sua vez, somente podem revelar sua vitalidade plena quando conseguem responder a este problema estratégico, ainda quando atuam no terreno tático e orientado por pequenas conquistas. Resumindo, a vitalidade dos movimentos sociais somente se verifica quando estes enfrentam a razão de estado e conseguem impor derrotas, ainda que parciais, a esta. Contudo, estas vitórias somente podem revelar sua vitalidade e importância no longo conflito com a razão de estado visando a alteração de forças no seu interior ou sua substituição por outro tipo de estado. Desta forma, eliminamos o caráter apologético das análises que enaltecem os movimentos sociais em si mesmos como elementos que fortalecem a “democracia” e a “sociedade civil” desde que simplesmente existam. Ora, *em si mesmo*, estes movimentos não contribuem necessariamente para o movimento emancipatório e, podem inclusive, sob a roupagem “progressista” fortalecer o sistema dominante no sentido que este pode atender, dentro da lógica reprodutora imanente, suas reivindicações.

No Equador, a CONAIE não é um partido político, mas atua como tal na medida que em torno de suas reivindicações especificamente vinculadas à luta dos povos originários, defende também um amplo programa de reformas sociais e de democratização do poder de estado que confere uma *legitimidade nacional* ao movimento. É claro que a defesa dos interesses “específicos” dos povos originários representa a maioria da população, assim como ocorre na Guatemala, no Peru e na Bolívia. Neste último país, o papel da Central Operária Boliviana (COB) foi durante muito tempo o de um partido dos oprimidos ainda que representasse primordialmente os interesses dos mineiros. Em qualquer caso, a experiência latino-americana revela que o discurso que pretende outorgar um caráter anti-partido aos movimentos sociais, na verdade representa um obstáculo para que estes movimentos afirmem uma vontade de poder, de representação de todos os oprimidos.

A superação do eurocentrismo

Por que no Brasil, os movimentos sociais ainda não conquistaram o

patamar de luta que já apresentam em outros países? Uma boa indicação parece residir no fato que precisamente onde recorreram com mais determinação a suas raízes e enfrentaram de uma vez por todas o eurocentrismo, conseguiram melhores resultados.

O eurocentrismo é, como sabemos, parte central da ideologia dominante no mundo capitalista, onde o futuro dos países periféricos aparece como possibilidade apenas quando reproduzem o horizonte logrado pela sociedade opulenta; contudo, todos os dias temos demonstrações inequívocas, de que além de indesejável, o padrão de vida destas sociedades não universalizável para outras regiões.

Todas as campanhas que se originaram em torno do V Centenário da invasão européia na América Latina, contribuíram para questionar fortemente a ordem mundial iniciada em 1492 quando, impulsionada pelo capital comercial europeu, a burguesia européia criou o mercado mundial e selou a sorte de dois terços do planeta como regiões subdesenvolvidas e dependentes. Os movimentos sociais, de maneira geral, e a esquerda, em particular, puderam aprender muito nas jornadas de protestos organizadas em vários

países da América Latina que deixam uma agenda de debates que não mais podem ser abandonadas.

Quando observamos as grandes revoluções, podemos constatar que elas não ocorrem sem amplos processos de mobilização e, sobretudo, de questionamento das idéias dominantes no interior das sociedades. O questionamento sobre as origens de nossa sociedade, sobre a violência e a exploração em que estão fundadas, que deram origem aos protestos em 1992 na América hispânica como também no Brasil neste ano de 2000, constituem a única via para organizar a superação da miséria e da dominação em que se encontram a maioria da população.

É importante reconhecer que parte considerável dos movimentos e partidos anti-sistêmicos, sofrem também influência da ideologia eurocêntrica. Talvez, uma das manifestações mais importantes da influência do eurocentrismo no protesto das classes subalternas contra esta ordem injusta legitimada pela ideologia dominante, é a timidez com a qual pretendem romper suas amarras e impulsionar o nascimento de uma nova sociedade. Esta timidez política aparece porque, com muita frequência, estes movimentos sociais esquecem a legitimidade histórica de

seu combate e de suas reivindicações. Esquecem que esta ordem é incapaz de abrigar no seu interior o interesse de *todos* de forma igualitária e é menos capaz ainda de construir processos políticos que garantam a todos igualdade de decisão.

Por isso, submetem-se com facilidade aos instrumentos políticos disciplinadores utilizados pelas classes dominantes que, diante de qualquer protesto, logo tentam criminalizar a chamada *questão social* ou esterilizar seu potencial transformador pela inclusão de suas reivindicações em programas estatais que dão com a mão esquerda tudo aquilo retiram com a direita. Eis a natureza das chamadas *políticas sociais compensatórias* que nunca conseguiram diminuir as imensas diferenças econômicas, políticas, culturais e sociais produzidas em grande escala no capitalismo em função das exigências da reprodução ampliada do capital.

É neste contexto que se apresenta o último desafio dos movimentos sociais neste final de milênio. Uma regresso às sociedades existentes antes da conquista europeia do mundo torna-se tão impossível quanto indesejável. Bastaria recordar que também aquelas sociedades mantinham instrumentos de domi-

nação e exploração que desmentem um idílico caráter igualitário de sua constituição. Por outro lado, não podemos aceitar a sociedade atual como horizonte humano possível, porque estaríamos então aceitando a injustiça e a desigualdade como uma característica inerente às sociedades humanas. A tarefa a ser empreendida por todos os movimentos políticos de nosso tempo, é encontrar os caminhos pelos quais superaremos a atual sociedade de classes, baseada exclusivamente na busca da acumulação incessante do trabalho abstrato e orientado pela rentabilidade do capital. Neste sistema, que apresenta vencedores e perdedores em escala mundial, não existe espaço para atender as crescentes necessidades humanas. Aos movimentos sociais cabe, portanto, a definição de uma identidade política que, superando o fetichismo inerente ao capitalismo, reconcilie o homem com a natureza da qual sempre foi seu epicentro. Somente o recurso à história poderá nos oferecer alguma segurança de que este desafio pode ser superado positivamente sem desconhecimento ou ilusões sobre esta sociedade que apesar de seus 500 anos, não poderá ser eterna.